

## **Análise das Interações da Audiência Pública da CDR sobre o PL 775/2022 – 01/07/2025 – Gerado por IA**

Este relatório resume e analisa as **89 participações de cidadãos** registradas durante a audiência pública sobre o Projeto de Lei nº 775/2022, realizada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em 1º de julho de 2025. O objetivo é consolidar a opinião pública sobre a garantia do acesso livre às praias e a proteção do litoral, fornecendo aos parlamentares uma visão clara das principais preocupações, questionamentos e posicionamentos da sociedade.

O conteúdo foi gerado por inteligência artificial com base nas interações dos cidadãos neste evento. Ele apresenta uma análise automatizada das principais opiniões, preocupações e temas debatidos, buscando oferecer um panorama geral das discussões.

Ressaltamos que, embora tenha passado por revisão humana, este relatório pode conter imprecisões ou interpretações que não reflitam integralmente o contexto das interações. Caso identifique informações que necessitem de correção ou ajuste, pedimos que entre em contato pelo [Fale Conosco](#).

Este documento não representa posicionamento oficial e não substitui análises detalhadas realizadas por especialistas.

### **Total de participações: 89**

#### **Temas Principais:**

1. **Defesa do Acesso Livre e Crítica à Privatização (38%):** Este foi o tema mais recorrente. Os cidadãos expressam de forma contundente que o acesso às praias é um direito fundamental e um bem público que não pode ser negociado. A privatização é vista como uma forma de segregação social e discriminação contra as classes populares, quebrando um importante elo de convivência e lazer.

***Exemplo:** “As praias brasileiras são uma das poucas coisas livres para todos os brasileiros, independe de classe social, e deve assim permanecer.” - Maria I., DF*

2. **Fiscalização, Cumprimento da Lei e Punições (22%):** Muitos cidadãos estão céticos quanto à aplicação da lei e questionam como o Estado garantirá seu cumprimento. As perguntas focam em mecanismos de fiscalização para coibir cercamentos ilegais, canais de denúncia para a população, e a aplicação de sanções e punições para empresas, condomínios e até órgãos públicos que desrespeitarem a legislação.

*Exemplo: “Quais mecanismos de fiscalização o projeto prevê para coibir cercamentos irregulares de áreas litorâneas?” - Wendy M., PE*

3. **Questões sobre Implementação e Detalhes da Legislação (17%):** Nesta categoria, os participantes levantam pontos técnicos sobre a viabilidade e a redação do projeto de lei. As preocupações incluem o respeito à autonomia municipal, a responsabilidade pelo financiamento de novos acessos e infraestrutura, a divisão de competências entre União, estados e municípios, e sugestões de alterações textuais no PL para evitar ambiguidades.

*Exemplo: “Como não ferir a autonomia municipal, do ponto de vista urbanístico e ambiental, ao obrigar o acesso a cada 1km? Tem locais que não suportam” - Jordan D., DF*

4. **Gestão Ambiental e Sustentabilidade (15%):** Os cidadãos demonstram preocupação em conciliar o livre acesso com a preservação ambiental. As participações abordam a necessidade de políticas para gestão de resíduos, combate à poluição (como os microplásticos), monitoramento de ecossistemas frágeis e a promoção do uso sustentável para evitar que a maior circulação de pessoas degrade o litoral.

*Exemplo: “Como garantir a proteção ambiental das praias brasileiras sem restringir o acesso livre da população, promovendo o uso sustentável?” - Elvisson V., BA*

5. **Impacto Social e Proteção de Comunidades Vulneráveis (8%):** Este tema foca nas consequências sociais da ocupação do litoral. Os cidadãos questionam como o PL protegerá o modo de vida de comunidades tradicionais, como pescadores e caiçaras, e como impedirá que a especulação imobiliária e

os empreendimentos de luxo expulsem os moradores locais e restrinjam o acesso da população mais pobre.

*Exemplo: “Como garantir que comunidades tradicionais, como pescadores e caiçaras, continuem vivendo e trabalhando nas praias?” - Ana P., PR*

Em conclusão, as manifestações dos cidadãos demonstram um apoio robusto e generalizado ao espírito do Projeto de Lei nº 775/2022, defendendo as praias como um bem público essencial e um direito inalienável de todos. O posicionamento é firmemente contrário a qualquer tipo de privatização, vista como uma forma de segregação social. Contudo, o apoio vem acompanhado de cobranças claras por mecanismos eficazes de fiscalização e punição, por um equilíbrio cuidadoso entre o acesso e a sustentabilidade ambiental, e pela proteção das comunidades locais vulneráveis. A sociedade apoia a lei, mas exige que ela seja implementada com rigor, justiça social e responsabilidade ambiental.

Todas as perguntas e comentários do público no evento estão disponíveis na página do evento <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=34385> .